

Vistoria nas estações de saneamento

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/03/2018



[Da Reportagem]
De Guarujá

Quatro empresas interessadas em assumir o serviço de saneamento básico em Guarujá realizaram vistorias nas unidades de tratamento do município, ontem. As visitas foram autorizadas pelo juiz de direito da Comarca de Guarujá, que interveio no trâmite entre Prefeitura e Sabesp. Essas companhias estão qualificadas no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 02/2017. São elas, a Saneamento Ambiental Águas do Brasil (SAAB), OAS Soluções Ambientais S/A, AEGEA Saneamento e Participações S/A e a Moyses & Pires Sociedade de Advogados.

Ao todo, cinco locais foram vistoriados pelas empresas, todas acompanhadas pela Sabesp, sendo eles a Estação Elevatória de Água Tratada (EEAT) R1 (Avenida Adhemar de Barros), Booster Vila Lygia, Estação de Pré-Condicionamento (EPC) Vila Zilda, e as

Representantes das empresas SAAB, OAS, AEGEA e Moyses & Pires Sociedade de Advogados vistoriaram estações de tratamento ontem

estações de tratamento de esgoto de Vicente de Carvalho e Jurubatuba.

Com a abertura do PMI, a Prefeitura pretende ter maior controle e qualidade nos serviços de abastecimento de água e coleta, tratamento e escoamento de esgoto da cidade.

Segundo a Administração Municipal, o PMI, que foi aberto em junho de 2017, tem como

objetivo autorizar que empresas desenvolvam projetos para subsidiar eventual processo de contratação pela Prefeitura.

De acordo com a Prefeitura, as vistorias servirão de base para os estudos de um possível processo licitatório futuro, não podendo ser interpretado como garantia de contratação ou que irá realmente acontecer, nem gerando a obrigação da contratação das mesmas. Após a ação realizada ontem, as empresas já manifestaram interesse em novas vistorias, que deverão ser autorizadas e agendadas por intermédio do juiz de direito.

Ao final de todas as vistorias, as empresas envolvidas no processo deverão entregar, de acordo com o cronograma, um estudo no prazo de 120 dias. Após isso, o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP/G) da Prefeitura publicará decisão indicando quais deles foram adotados, também seguindo a programação prevista.

TEMER DIZ QUE PREVIDÊNCIA PODE SER APROVADA ESTE ANO

O presidente da República, Michel Temer, disse ontem que poderá encerrar a intervenção federal no Rio de Janeiro em setembro para que o governo possa voltar o foco para a discussão e a aprovação da reforma da Previdência ainda em 2018. Segundo o presidente, os últimos quatro meses do ano poderão ser usados para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/2016 que trata das mudanças das regras previdenciárias.

“Nós decretamos a intervenção no Rio de Janeiro e, em face a intervenção, não se pode tramitar emendas à Constituição. Não é improvável, espero que seja assim, que até setembro, mais ou menos, as coisas estejam entrando nos eixos no Rio de Janeiro, e eu possa fazer cessar a intervenção. Se fizer cessar, ainda tenho uma parte de setembro, de outubro, novembro, dezembro, para aprovar a reforma da Previdência”, disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/03/2018

Trabalhadores dos Correios decidem encerrar greve

Trabalhadores dos Correios decidiram pelo fim da greve na tarde de ontem após decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinar que empregados pagarão parte do plano de saúde e exigir a volta ao trabalho de 80% dos carteiros. "Uma greve com 20% do pessoal não atende ao objetivo do movimento. Achemos melhor recuar estrategicamente e nos reorganizar", disse o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), Jose Rivaldo da Silva Contrariada, a Federação determinou o fim da greve nacional no fim da tarde, mas defende que o TST pode ter aberto um "precedente perigoso" para outras categorias de trabalhadores por ter desrespeitado acordo coletivo ao determinar o pagamento de uma parcela do plano de saúde pelos carteiros. A Federação argumenta que o TST julgou uma cláusula social - o benefício de saúde - como sendo uma "questão econômica sem que houvesse comum acordo entre as partes". "Amanhã, a empresa pode cortar outros benefícios, como a alimentação", argumenta o secretário-geral da Fentect.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/03/2018

Servidores de SV discutirão reajuste nesta quarta

Os servidores públicos municipais de São Vicente se reunirão na noite desta quarta-feira em Assembleia, na sede do Sindicato, para uma avaliação da nova rodada de negociação da campanha salarial 2018. Na assembleia anterior, no dia 7, a categoria rejeitou por unanimidade, a proposta de reajuste salarial do Executivo de 2,07% no salário base; reajuste de 2,07% no abono alimentação; reajuste de 16,64% correspondente a R\$ 30,00 na cesta básica, a partir de março.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/03/2018

Enquanto isso, os servidores de Santos...

As lideranças partidárias na câmara de Santos estão sensíveis com a campanha salarial dos 11 mil servidores estatutários e 3 mil aposentados, que têm data-base em fevereiro. Enquanto o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) não chegar a um acordo com o sindicato da categoria (Sindest), os vereadores tendem a não aprovar o projeto de lei de reajuste e demais benefícios. Quem garante é o presidente do sindicato, Fábio Marcelo Pimentel, que esteve com sete dos oito líderes partidários, na tarde desta segunda-feira (12), antes da sessão que começou às 18 horas. Segundo o sindicalista, os parlamentares acham possível a obtenção de consenso, ou seja, que a prefeitura melhore sua contraproposta e que o funcionalismo a aprove em assembleia.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/03/2018

Greve de professores cresce e já atinge 93% das escolas municipais de SP

A greve de professores contra o projeto de reforma da previdência dos servidores municipais de São Paulo ganhou força e, nesta terça-feira (13), quase metade (46%) das 1.500 escolas de administração direta da prefeitura ficaram totalmente paradas. Outras 47% tiveram suas atividades parcialmente paralisadas, segundo levantamento da própria secretaria de Educação da gestão João Doria (PSDB). A prefeitura não informou a quantidade de professores em greve. A Educação tem 85 mil servidores, sendo mais de 60 mil professores. Os profissionais da rede municipal decidiram na quinta-feira (8) cruzar os braços. O texto da reforma, em trâmite na Câmara, prevê a elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14%, além da instituição de contribuição suplementar vinculada ao salário do servidor. Assim, o desconto poderá chegar a 18,2%, segundo a prefeitura. A prefeitura defende que, sem a alteração, a sustentabilidade da previdência municipal é inviável. Um projeto de lei de mudança no sistema fora encaminhado à Câmara pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT) em 2015. Após protestos, Haddad retirou o projeto em agosto de 2016, mas o reencaminhou no fim daquele —o último do seu mandato. Doria mandou em dezembro passado um novo texto ao projeto e pretende votar na próxima semana. Os dados da secretaria de Educação mostram que a adesão à greve cresceu nesta semana. Enquanto 37% das escolas funcionaram normalmente na segunda-feira, essa realidade só foi identificada em 7% das unidades na terça. Segundo o presidente do Sinpeem (um dos sindicatos de professores municipais), o vereador Claudio Fonseca (PPS), a reivindicação é pela retirada do tema da pauta. "Não há porque aumentar a alíquota, o que precisa é ter racionalidade com os recursos. O problema é a má gestão do Iprem [Instituto de Previdência Municipal]", diz. A Secretaria de Educação diz lamentar os transtornos causados pela paralisação. "Todas as aulas perdidas serão repostas", diz em nota.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/03/2018